

## **REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº ..... 2013**

**(Do Sr. Francisco Praciano)**

Solicita ao Exmº Sr. Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, informações relativas às providências tomadas pelo MEC em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Tonantins na aplicação de recursos federais para a área da Educação, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2005.

Senhor Presidente:

Com fundamento no artigo 50, parágrafo 2º da Constituição Federal e nos artigos 24, inciso V e parágrafos 2º e 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Sr. Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, o presente **pedido de informações relativas às providências tomadas pelo MEC em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Tonantins na aplicação de recursos federais para a área da Educação, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2005.**

Ainda com relação às irregularidades cometidas pela administração municipal de Tonantins/AM (todas relacionadas nas tabelas que seguem em anexo a este Requerimento), pedimos, em especial, que nos seja informado se:

- a) as irregularidades então especificadas se encontram, presentemente, sanadas;

- b) as irregularidades então especificadas motivaram tomadas de contas especiais;
- c) as irregularidades então especificadas foram levadas a conhecimento do Ministério Público Federal ou dos órgãos de defesa do Estado, para que esses pudessem atuar no âmbito de suas competências.

Além das informações acima mencionadas, solicitamos, também, que nos seja informado se outras irregularidades na aplicação de recursos para a educação foram detectadas pelo Ministério da Educação fora dos anos das fiscalizações realizadas pela CGU no referido município.

## **JUSTIFICATIVA**

O Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos, realizado anualmente pela Controladoria-Geral da União (CGU) para inibir a corrupção entre gestores de qualquer esfera da administração pública, sorteou no Estado do Amazonas, no ano de 2005, o município de Tonantins.

Após os exames de contas e documentos, as inspeções pessoal e física das obras e serviços em realização à época da inspeção e os contatos com a população (diretamente ou através dos conselhos comunitários e outras entidades organizadas), os auditores da CGU encarregados da fiscalização no referido município produziram o Relatório que, presentemente, encontra-se publicado na página do órgão na internet.

Nesse município foram encontradas, no total, 14 (catorze) irregularidades na execução de cinco ações relacionadas à área da educação, sendo que os recursos fiscalizados (disponibilizados para a execução dessas ações) somaram R\$ 257.584,40 (duzentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e quarenta centavos).

Algumas dessas irregularidades apontadas pela fiscalização da CGU comprometem a qualidade da educação no município em questão, razão de sobra para que o ora Requerente, na qualidade de deputado federal eleito pelo Estado do Amazonas, venha a ter conhecimento das providências tomadas, até o presente momento, pelo Ministério da Educação.

Sala das Sessões, em 27 de fevereiro de 2013.

**Francisco Praciano**  
**Deputado Federal (PT/AM)**

## **ANEXO ÚNICO**

### **TABELAS DE 1 A 5 COM AS IRREGULARIDADES DETECTADAS EM TONANTINS**

**TABELA 1**

<b>PROGRAMAS E AÇÕES</b>	<b>PRINCIPAIS IRREGULARIDADES CONSTATADAS</b>
<b>PROGRAMA BRASIL ESCOLARIZADO ou PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR</b>  <b>Ação:</b> Apoio à alimentação escolar na Educação Básica  Tonantins, 2005.  Recursos: R\$ 107.149,50.	<ul style="list-style-type: none"><li>1) Não atuação do Conselho do PNAE nos assuntos afetos a sua competência / CAE inoperante (Tonantins – 2005).</li><li>2) Aquisições comprovadas por meio de Notas Fiscais inidôneas (Tonantins, 2005)</li></ul>

**TABELA 2**

<b>PROGRAMAS E AÇÕES</b>	<b>PRINCIPAIS IRREGULARIDADES CONSTATADAS</b>
<b>PROGRAMA BRASIL ESCOLARIZADO Ou PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>1) Faixas horizontais em desacordo com o especificado (Tonantins – 2005)</li><li>2) Ausência das propostas apresentadas pelas empresas participantes do Convite n.º 56/02</li></ul>

<p><b>FUNDAMENTAL</b></p> <p><b>Ou PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR</b></p> <p><b>Ação: Apoio ao transporte escolar na Educação Básica ou Apoio ao transporte escolar para a Educação Básica - Caminho da escola</b></p> <p>Tonantins, 2005.</p> <p>Recursos: R\$ 60.000,00.</p>	<p>(Tonantins, 2005)</p> <p><u>Tonantins, 2005.</u> Em análise a uma via da Prestação de Contas encaminhada ao FNDE (a outra via foi encaminhada ao FNDE, contendo cópia da documentação existente na Prefeitura), identificamos a ausência das propostas das empresas que teriam participado do Convite n. 56/02, cujo objeto era a aquisição de embarcação para o transporte escolar dos alunos da rede escolar. Há apenas documento acusando a retirada do respectivo Convite pelas empresas HD OBRAS CIVIS E SERVIÇOS NAVAIS LTDA., PENTA COMERCIO E CONSTRUÇÕES LTDA., e RAIMUNDO S ELGALY.</p>
---	--

**TABELA 3**

<b>PROGRAMAS E AÇÕES</b>	<b>PRINCIPAIS IRREGULARIDADES CONSTATADAS</b>
<p><b>PROGRAMA QUALIDADE NA ESCOLA</b> ou <b>ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS</b></p> <p><b>Ação: Censo Escolar da Educação Básica</b></p> <p>Não há aplicação de recursos nesta ação.</p> <p>Tonantins, 2005.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Divergência entre o número de alunos informados ao Censo Escolar 2009 e o constante nos Diários de Classe (Tonantins – 2005);</li> <li>2) Fichas de matrículas incompletas ou inexistentes (Tonantins - 2005);</li> <li>3) Inexistência de Diários de Classe nas escolas da zona rural (Tonantins, 2005);</li> <li>4) Controles internos referentes às fichas de matrículas e diários de classe estruturados de maneira inadequada (Tonantins, 2005);</li> </ol>

**TABELA 4**

<b>PROGRAMAS E AÇÕES</b>	<b>PRINCIPAIS IRREGULARIDADES CONSTATADAS</b>
<b>PROGRAMA BRASIL ESCOLARIZADO</b> ou <b>PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL</b> <b>Ação: Dinheiro direto na escola para a Educação Básica</b> Tonantins, 2005. Recursos: R\$: 45.684,90	1) Ausência de procedimento licitatório na aquisição dos materiais de consumo e escolar com recursos do PDDE (Tonantins – 2005) <u>Tonantins, 2005.</u> Valores: R\$ 45.684,90. 2) Não localização dos materiais adquiridos com os recursos do PDDE (Tonantins – 2005) 3) Comprovação de despesas do PDDE por meio de Notas Fiscais inidôneas (Tonantins – 2005).

**TABELA 5**

<b>PROGRAMAS E AÇÕES</b>	<b>PRINCIPAIS IRREGULARIDADES CONSTATADAS</b>
<b>PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO</b> <b>Ação: Apoio à ampliação da oferta de vagas do Ensino Fundamental a jovens e adultos – Fazendo Escola ou Recomeço.</b> Tonantins, 2005. Recursos: R\$ 44.750,00.	1) Aquisições sem o devido processo licitatório (Tonantins – 2005). Tonantins, 2005. Valores: R\$ 44.750,00. As compras foram feitas diretamente junto aos fornecedores. 2) Comprovação de despesas do FAZENDO ESCOLA por meio de recibo (folha de pagamento) sem assinatura (Tonantins – 2005). <u>Tonantins, 2005.</u> A Prefeitura de Tonantins efetuou a contratação de oito professores para atuar em turmas de Educação de Jovens e

	<p>Adultos – EJA. O pagamento desses professores foi comprovado mediante a apresentação de duas Folhas de Pagamento: uma referente ao período de MAR/2004 a JUL/2004, no valor total de R\$ 6.800,00, e outra, referente ao período de AGO/2004 a DEZ/2004, no valor total de R\$ 6.705,00. Em ambas as Folhas consta a assinatura de apenas dois, dos oito professores nela relacionados. Em entrevista realizada com esses docentes colhemos a informação de que aqueles valores não foram efetivamente pagos a nenhum dos oito professores, razão pela qual seis deles se recusaram a assinar o documento. Ainda segundo eles, o recolhimento de suas assinaturas nessa Folha era feito sob a alegação de que aqueles valores já haviam sido incorporados em seus vencimentos mensais, uma vez que esses docentes já eram servidores municipais ou contratados temporários da Secretaria Municipal de Educação.</p> <p><b>3)</b> Comprovação de despesas do FAZENDO ESCOLA por meio de Notas Fiscais inidôneas (Tonantins – 2005).</p> <p><u>Tonantins, 2005.</u> Valor de: R\$ 17.900,00. Inautenticidade de seu Selo Fiscal.</p>
--	---